

Policiais da Delegacia de Crimes contra a Ordem Tributária prendem dois suspeitos de repassar medicamento proibido à Secretaria de Saúde

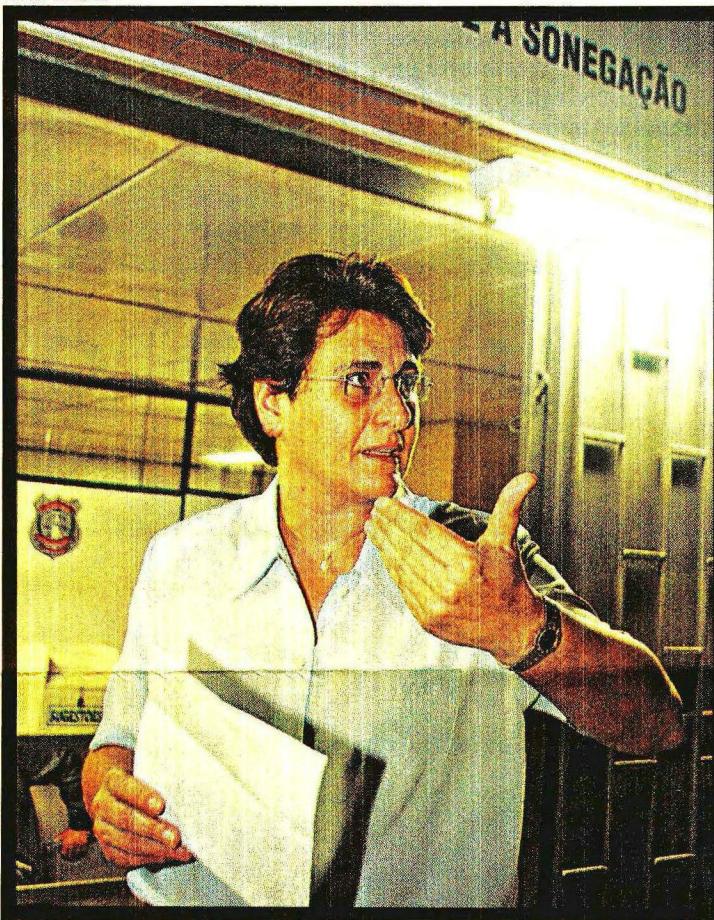
# Remédio é vendido sem autorização

DA REDAÇÃO

**U**ma operação organizada pela CPI da Saúde da Câmara Legislativa resultou na prisão de dois representantes de empresa suspeita de vender medicamentos importados irregulares. André Luis Evangelista e Carlos Eduardo de Freitas Guimarães foram detidos antes de entregar à Secretaria de Saúde do Distrito Federal 36 cápsulas de Avastin. Utilizado no tratamento de câncer, o remédio foi comprado por exigência de um mandato judicial e custou R\$ 119.167,20.

O Avastin é importado e não tem autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para ser comercializado no Brasil. Segundo a deputada Eliana Pedrosa (PFL), presidente da CPI, há indícios de que a nota fiscal apresentada pela ASAP Comércio e Distribuição de Produtos Hospitalares seja fria. Além disso, a empresa não tinha a guia de importação do medicamento e de recolhimento dos impostos. A gerente do setor de Medicamentos de Alto Custo da Secretaria de Saúde do DF, Juliana Mota de Oliveira, afirmou que a compra do remédio foi autorizada pela Assessoria Técnica Legislativa da secretaria. "Para

Kleber Lima/CB



DEPUTADA ELIANA PEDROSA: REMÉDIO SEM LICENÇA DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

nós, a empresa estava regular."

Segundo a parlamentar, o mesmo advogado que representava a ASAP, Carlos Eduardo de

Freitas, também mantinha ligações com outra empresa, a Fox Meier, envolvida no mesmo esquema. "Parece que estamos

perto de descobrir uma quadrilha de medicamentos de alto custo", afirmou a deputada. "Essa empresa (a ASAP) foi aberta em junho deste ano e, no mesmo mês, já estava vendendo para a Secretaria de Saúde. Essas empresas eram criadas e fechadas em poucos meses", explicou.

Os dois representantes da empresa foram encaminhados para a Delegacia de Crimes contra a Ordem Tributária (DOT). André Luis Evangelista foi ouvido e liberado em seguida. Carlos Eduardo de Freitas Guimarães, até o começo da noite, prestava depoimento e deve permanecer detido. O advogado pode ser ouvido hoje na CPI da Saúde, que vai tomar também os depoimentos do cirurgião-dentista do Hospital Regional de Taguatinga (HRT), Frederico Felipe, do chefe da Unidade de Odontologia do HRT, Elce Góes Lima, e do chefe do Núcleo de Transporte do HRT, João Batista Moreira Albuquerque.

Os membros da CPI pediram ontem a prorrogação do prazo de funcionamento da comissão para mais 90 dias. A intenção, segundo Eliana Pedrosa, é evitar que a investigação termine sem que se conclua o relatório final. O pedido ainda tem que ser votado pelo plenário da Câmara.